

Resenha do livro:

POSTMAN, Neil. O Desaparecimento da Infância. Tradução: Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Grafhia Editorial, 1999.

Resenhada por Cristiane Silva Mélo*, Simone Burioli Ivashita e Elaine Rodrigues*****

O DESAPARECIMENTO DA INFÂNCIA**THE DISAPPEARANCE OF THE CHILDHOOD**

O crítico social norte-americano Neil Postman propõe-se a discutir em seu livro *O Desaparecimento da Infância* como surgiu e se desenvolveu o conceito de infância no decorrer dos tempos, e o porquê de seu rápido e contínuo desaparecimento na contemporaneidade. Poderia a infância desaparecer? Para Postman, sempre houve a existência da criança, porém a concepção de infância que conhecemos atualmente seria uma invenção da modernidade. A idéia de infância concebida na atualidade não existia até o fim da Idade Média, tendo se desenvolvido no período denominado pela historiografia como Renascença.

O livro é dividido em duas partes que se intitulam, respectivamente, *A invenção da infância* e *O desaparecimento da infância*. Na primeira parte, Postman discute o surgimento e o desenvolvimento da idéia de infância, especificando as condições de comunicação que tornaram a infância desnecessária em um momento e indispensável em outro. Na segunda parte, o autor nos insere nos tempos modernos, na tentativa de mostrar como a passagem do surgimento da prensa tipográfica para a invenção do telégrafo e o desenvolvimento da mídia eletrônica transformou a infância, enquanto estrutura social, em algo insustentável e sem propósito, suscetível às mudanças, à modificação de suas características e a um possível término. Em sua perspectiva, os meios de comunicação afetam diretamente o processo de socialização; assim, a prensa tipográfica criou a infância e a mídia eletrônica a tem feito desaparecer.

Segundo Postman, o futuro nos reserva o marco das diferenças entre idades, sendo esse marco estabelecido por extremos: as características da criança na primeira infância, em seu início de vida, ainda sob caráter biológico e não social; e as características da senectude, estágio próprio dos idosos.

A infância como estrutura social e como condição psicológica surgiu por volta do século XVI e desenvolveu-se intensamente durante 350 anos, de modo a chegar refinada e fortalecida aos nossos dias. A idéia de infância não surgiu plenamente desenvolvida, sendo importante destacar que cada nação tentou entendê-la e integrá-la à sua cultura. Nesse sentido, a infância assumiu aspecto singular, conforme o cenário econômico, religioso e intelectual em que apareceu.

No mundo medieval, não havia qualquer concepção de desenvolvimento infantil e de pré-requisitos de aprendizagem sequencial. Era inexistente também a concepção de escolarização como uma preparação para o mundo adulto, assim como o conceito de “vergonha”, moral, tal como entendido no mundo moderno. A falta de alfabetização, do conceito de educação e do conceito de vergonha foi a razão pela qual o conceito de infância não existiu no mundo medieval.

Sabe-se que, na Idade Média, os gregos prestavam pouca atenção à infância como categoria etária especial. Na época de Aristóteles, por exemplo, não havia entre os gregos restrições morais ou legais à prática do infanticídio, sendo que a primeira lei a proibi-la foi promulgada em 374 da era cristã. Embora os gregos tenham inventado a idéia de escola, relacionando-a à idéia de ócio, de modo a refletir uma típica crença ateniense de que, no ócio, uma pessoa civilizada gastava naturalmente o seu tempo pensando e aprendendo, não foram eles que criaram a idéia de infância, apenas deram um prenúncio.

Os romanos foram os que começaram a estabelecer uma conexão aceita pelos modernos entre a criança em crescimento e a noção de “vergonha”, sendo uma conceituação importante na evolução do conceito de infância, pois à medida que foi sendo desenvolvida a noção de “vergonha” moralista, ocorreu a necessidade de a criança ser protegida dos segredos dos adultos, estabelecendo-se diferenças entre faixas etárias. A idéia era de que havia assuntos de adultos que não eram coerentes de serem discutidos perante crianças, sobretudo os referentes à sexualidade. Assim, foi-se desenvolvendo a idéia de que as crianças, em sua individualidade, necessitavam de proteção e cuidados, de escolarização, bem como precisavam estar a salvo dos segredos dos adultos.

Nessa época, praticamente todas as interações sociais importantes se realizavam oralmente. O surgimento da prensa tipográfica no século XVI foi o que possibilitou a difusão de escritos e, em consequência, uma maior acessibilidade à leitura escrita e a outras formas de comunicação, de modo a permitir o desenvolvimento de um novo ambiente comunicacional, resultante da imprensa e da alfabetização socializada. Havia uma nítida separação entre os que podiam e os que não podiam ler. Desse modo, a leitura passou a ser estabelecida como uma condição da pessoa adulta, e as crianças, para entrarem no mundo letrado, precisavam antes se transformar em adultos pela alfabetização, que exigia uma educação.

Ao surgimento ou à invenção da prensa tipográfica e às mudanças culturais relacionadas à novidade que o ato de ler realizado individualmente significava, somaram-se elementos para que ocorresse a disseminação e a hierarquização do conhecimento, ampliando-se a necessidade da alfabetização, o que, por sua vez, contribuiu para a expansão da idéia e criação de escolas. O mundo dos adultos separava-se, assim, do universo da criança, demarcando visíveis diferenças.

O que passou a diferenciar a criança do adulto nesse momento foi a habilidade da leitura, decorrente da exigência de novos padrões de comunicação gerados pelo desenvolvimento da imprensa. Foi formulada uma nova definição adulta, baseada na competência de leitura, e, em consequência, uma nova concepção de infância, baseada na incompetência de leitura.

A expansão da tipografia permitiu formas de interpretação pela individualidade; por outro lado, trouxe a possibilidade da eternização das palavras, já que as próprias palavras e obras podiam ser fixadas para sempre nos papéis. Antes do surgimento da prensa tipográfica, toda a comunicação humana acontecia em um contexto social, até mesmo a leitura. Com o desenvolvimento da imprensa, esta pôde ser alcançada pela voz de um indivíduo e não de um grupo social, instituindo-se uma nova tradição, baseada no leitor isolado, detentor de perspectiva e interpretação próprias. O fato é que a infância não podia ser desenvolvida desvinculada da idéia de que cada indivíduo é importante em si mesmo e de que a vida e a mente humana transcendem a comunidade.

A forma do livro impresso criou um novo modo de organizar o conteúdo e promoveu uma maneira de organizar o pensamento, tanto expressamente pela escrita, como

mentalmente. A linearidade do livro impresso, sua natureza sequencial de apresentação frase a frase, sua paragrafação e seus índices alfabéticos, sua ortografia e sua gramática padronizada levaram aos hábitos de pensamento. Para adentrar no mundo da tipografia, a criança precisava tornar-se leitor, conquistando a idade adulta; para isso, a educação era indispensável. Assim, a civilização européia reinventou as escolas, transformando a infância em uma necessidade. O primeiro estágio da criança terminava no momento em que o domínio da fala era alcançado, e o segundo se iniciava com a tarefa de aprender a ler. A palavra *child* era comumente usada para designar adultos que não sabiam ler, considerados intelectualmente infantis. A educação ficou ligada à idade cronológica das crianças, vínculo este que não foi estabelecido de uma hora para outra, tendo levado significativo tempo para se desenvolver.

Mudanças foram acontecendo no decorrer dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, de modo a tornar visível a diferença entre crianças e adultos. O vestuário e a linguagem de crianças e adultos começaram a se diferenciar, livros referentes à pediatria infantil foram publicados, a literatura infantil se desenvolveu, lançaram-se livros escolares seriados e organizaram-se classes escolares de acordo com a idade cronológica das crianças, formando, assim, a idéia da existência de seus estágios e da estrutura do desenvolvimento infantil, entre outras.

A família, após a tipografia, assumiu-se também como instituição educacional, passando a valorizar e investir com mais frequência nas crianças. Diferenças importantes entre a criança e o adulto baseavam-se no fato de os adultos estarem de posse de informações que não eram consideradas adequadas às crianças. Enquanto o conceito de criança se desenvolvia, desenvolvia-se a idéia de que a criança era um adulto não formado e que, por esse motivo, precisava ser civilizada e treinada nos modos dos adultos. À medida que o livro e a escola formavam a idéia de criança, formava-se o moderno conceito de adulto, que recebeu a tarefa de preparar a criança para a administração do mundo simbólico do adulto.

Os séculos XVIII e XIX reforçaram duas concepções de formação da criança que se estenderam ao século XX: a concepção de Locke, que afirmava a idéia de que, ao nascer, a mente da criança é como uma folha em branco, de maneira que nada, nenhuma habilidade cognitiva, intelectual e mental é inata, tudo é aprendido socialmente; e a concepção de Rousseau, que persistia na afirmação de que a criança é importante em si mesma, tendo uma psicologia diferente da dos adultos, devendo por isso ser valorizada em sua individualidade. Segundo Rousseau, a infância é o estágio de vida em que o homem mais se aproxima do seu “estado de natureza”. Em seu entender, a criança possui inatas aptidões para sinceridade, compreensão, curiosidade e espontaneidade, que são amortecidas e podem ser retidas pela educação, pela alfabetização, pela razão, pelo autocontrole e pela “vergonha”, isto é, pelo senso moral. Logo, o adulto “corrompido” constitui-se em um problema para a educação das crianças. Em suma, para Locke, a educação consistia em um processo de adição, enquanto que para Rousseau, era um processo de subtração.

Na virada do século XIX para o XX, a infância chegou a ser considerada como direito inato de cada pessoa, ou seja, um ideal que transcendia a classe social e econômica. Ela foi assim definida mais como uma categoria biológica do que como um produto da cultura.

O desenvolvimento do telégrafo no século XIX foi um fato importante. O telégrafo elétrico foi o primeiro meio de comunicação a permitir que a velocidade da mensagem ultrapassasse a velocidade do corpo humano, rompendo um vínculo histórico entre

transporte e comunicação. Ele formou um mundo de informações anônimas, descontextualizadas, ampliando o presente instantâneo e simultâneo.

O telégrafo iniciou o processo de tornar a informação incontrolável, criando um público e um mercado para a notícia, sobretudo para a notícia fragmentada, descontínua e superficial, que ainda hoje é a principal mercadoria da indústria da notícia. Extorquiu do lar e também da escola o controle da informação a que as crianças podiam ter acesso, assim como a qualidade e quantidade, a seqüência e as circunstâncias em que as informações seriam transmitidas e vivenciadas.

Paralelamente ao desenvolvimento da comunicação elétrica, houve o da prensa rotativa, da máquina fotográfica, do telefone, do fonógrafo, do cinema, do rádio, da televisão, entre outros, desenvolvendo uma certa revolução gráfica, com o emergir de um mundo simbólico de estampas, desenhos, cartazes e anúncios. A imagem produzida em massa mudou a forma de informação. Assim, com a fotografia, o cinema e a televisão, a imagem de um sujeito, por exemplo, tornou mais importante que o próprio indivíduo, sendo produto visível de imediato, mais importante que sua qualidade. A linguagem ouvida pela televisão é extremamente importante, mas a imagem domina a consciência do telespectador e comporta significados cruciais, despertando maior atenção.

A cultura do século XVI ao XX formou o monopólio do conhecimento, separando crianças e adultos, pois um adulto completamente alfabetizado podia ter acesso a toda e qualquer tipo de informação contida em livros, diferentemente das crianças que, para terem o mesmo acesso, deviam ir para as escolas. Com a televisão, a base dessa hierarquia de informações se desmanchou, pois as informações e os entretenimentos estão disponíveis para todos. Afinal, assistir à televisão não requer uma preparação de habilidades para compreendê-la; não é necessário, por exemplo, que crianças vão para as escolas para aprender a entender a televisão.

A sociedade na atualidade é marcada pela presença da mídia eletrônica, sobretudo da televisão, que tem homogeneizado informações e entretenimentos ao público, caracterizando um novo tempo. As fronteiras que separavam um universo do outro, tão bem demarcadas pela prensa tipográfica, estariam desaparecendo e constata-se uma proximidade entre o mundo das crianças e o dos adultos. As diferenças são quase inexistentes! É possível notar a presença de crianças “adultizadas” e de adultos “infantilizados”, situação que permite indagar sobre a ocorrência de um processo de desaparecimento da infância.

Para Postman, a televisão destrói a linha divisória entre a infância e a idade adulta de três maneiras: primeiro, porque não requer treinamento para aprender sua forma de transmissão; segundo, porque não faz exigências complexas nem à mente nem ao comportamento; e terceiro, porque não segrega seu público. Ela recria condições de comunicação que existiam nos séculos XIV e XV: “[...] biologicamente estamos todos equipados para ver e interpretar imagens e para ouvir a linguagem que se torna necessária para contextualizar a maioria dessas imagens” (POSTMAN, 1999, p. 94). Sendo assim, a televisão revela todos os “segredos”, torna público o que antes era privado, a criança de seis anos e o indivíduo de sessenta estão aptos a vivenciar o que a televisão tem a lhes oferecer, suas imagens são concretas e auto-explicativas, as crianças vêem tudo o que ela mostra.

Na Idade Média, não havia infância porque não havia para os adultos meio de contar com informação exclusiva, surgindo esse meio com o desenvolvimento da infância e se dissolvendo com o desenvolvimento da comunicação elétrica. A “vergonha” não pode exercer influência como meio de controle social em uma sociedade que não tem condições de guardar segredos. A televisão dirige tudo a todos ao mesmo tempo, não guarda

“segredos”, sendo impossível proteger as crianças da revelação mais completa e mais rude da violência e do consumismo exarcebado, por exemplo. As crianças entram em contato com o mundo adulto e sabem tudo desse mundo. Na era da televisão, passa a existir o recém-nascido, o idoso e o adulto-criança, caracterizado este último como adulto cujas potencialidades intelectuais e emocionais não se realizaram e, sobretudo, não são significativamente diferentes daquelas associadas às crianças.

As crianças praticamente desapareceram da mídia e, quando são mostradas, são representadas como adultos em miniatura, à maneira das pinturas dos séculos XIII e XIV. Na televisão, não há, por exemplo, quase nada que lembre uma canção infantil, pois as crianças imitam o comportamento dos adultos. Na atualidade, as brincadeiras infantis foram “adultizadas”, de modo que um jogo infantil se tornou profissionalização, motivo de preocupação dos adultos. Não se observa mais com tanta intensidade marcas que lembrem um mundo infantil separado do mundo dos adultos. A linguagem dos jovens tem exercido forte influência nos adultos e não o contrário. A imprensa fala de prisões de crianças cada vez mais jovens, crianças de doze a treze anos envolvidas em crimes de adultos.

Postman nos leva a refletir que a erotização precoce das crianças e a crescente participação infanto-juvenil nos índices de criminalidade são alguns aspectos alarmantes de que a infância está desaparecendo, ou, ao menos, de que a concepção de infância que se tem na atualidade está em declínio. Observa-se que as características da infância na atualidade já não correspondem às daquelas dos séculos anteriores. Isso se nota no modelo das roupas infantis, nos hábitos alimentares das crianças, em seu padrão lingüístico, na profissionalização prematura dos esportistas, no fim das velhas brincadeiras infantis, em atitudes mentais e emocionais das crianças, bem como no campo da sexualidade e da violência. O comportamento, a linguagem, as atitudes e os desejos e, até mesmo, a aparência física de adultos e de crianças estão se tornando cada vez mais indistinguíveis. É visível a “adultização” das crianças nos anúncios e no meio de comunicação visual, uma vez que elas são apresentadas ao público como se fossem adultos espertos e atraentes.

A infância é um artefato cultural e, como tal, o meio social tem influenciado a maneira de ser infantil e também a forma de se conceber a idéia de infância. O mundo tem perdido aspectos do ser infantil, pois se pede uma outra maneira de ser criança, fato para cuja propagação a mídia eletrônica tem contribuído. Segundo Postman, os meios de comunicação têm influenciado negativamente a infância, sendo que a única tecnologia de comunicação que possui a potencialidade de sustentar a necessidade da infância é o computador, pois para programar um computador, é necessário aprender uma linguagem, dominar complexas habilidades analíticas, semelhantes às exigidas de uma pessoa plenamente alfabetizada e, para isso, é indispensável um treinamento especial.

A escola e a família são as duas instituições sociais suficientemente fortes e empenhadas em resistir ao declínio da infância. É importante que se controle o acesso da mídia pelas crianças, limitando seu tempo de exposição e monitorando cuidadosamente aquilo a que estão expostas, de modo a fornecer-lhes continuamente uma crítica corrente dos temas e valores do conteúdo da mídia. É inconcebível que as culturas esqueçam que precisam de infância. Para Postman, a cultura americana é hostil à idéia de infância e, em razão disso, a todo momento a descaracteriza. Mas é reconfortante saber que as crianças lutam para manter uma caracterização, constituindo uma força, sobretudo de espécie moral, de preservação da infância.

É importante destacar que o texto do qual trata esta resenha, embora consagrado, não propõe uma leitura acerca do tema infância que seja considerado consenso dentre os

historiadores da educação. Destacamos que Neil Postman estabelece suas reflexões e argumentações, tomando por base o pensamento de Philippe Ariès, que, organizando-se pelo viés cultural, tornou-se precursor de um novo campo que ficou conhecido no Brasil, desde a tradução, em 1973, de sua primeira obra intitulada *História da Infância*. O contraponto é possível por meio da leitura do livro de Colin Heywood, que apresenta um olhar materialista, por vezes contrário a Ariès. Heywood explora mudanças nas formas de conceber a infância, examinando as formas como as crianças foram pensadas, seus relacionamentos com seus pares, com a família e as experiências dos pequenos com o mundo do trabalho, da escola e demais instituições.

Encerrando esta resenha, conclui-se que o modo como a infância é concebida revela a maneira ideal moderna de pensá-la. A forma idealizada de se pensar a infância como um dado universal, atemporal, puro e inocente é fruto de uma tradição teórica que modela o pensamento humano e constitui maneiras de concebê-la sob uma perspectiva moderna.

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

** Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

*** Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).